

- Promover e supervisionar o apoio municipal a exposições, feiras ou outros eventos de interesse municipal;

Artigo 16.º | Proteção Civil

A esta unidade de assessoria compete:

- Colaborar com a Comissão Nacional de Proteção Civil;
- Proceder à análise e ao estudo das potenciais situações de risco;
- Elaborar planos municipais e sectoriais de emergência face aos riscos previsíveis;
- Assegurar apoio na coordenação das operações de prevenção, socorro e assistência, sempre que necessário;
- Manter atualizado o inventário dos recursos e meios disponíveis e mobilizáveis;
- Colaborar e intervir no restabelecimento das condições de normalização da vida das comunidades ou pessoas afetadas, particularmente em situações de catástrofe ou calamidade pública;
- Manter mecanismos de articulação com as entidades públicas e privadas que concorrem para a proteção civil;
- Desenvolver todas as competências que lhe sejam cometidas no âmbito da proteção civil;
- Promover ações de formação, sensibilização e informação das populações neste domínio;
- Quando a gravidade das situações e a ameaça de bens públicos o justifiquem, podem ser colocados à disposição do serviço municipal de Proteção Civil, todos ou parte dos meios afetos às diversas unidades orgânicas da Câmara Municipal;

Artigo 17.º | Unidade de Assessoria Técnica e Jurídica (UATJ) ¹

A esta unidade de assessoria compete:

- Prestar assessoria jurídica e técnica ao Presidente da Câmara, aos serviços do Município e aos órgãos autárquicos sempre que solicitado para o efeito;
- Elaborar projetos ou propostas de regulamentos e posturas municipais;
- Providenciar a homologação das informações e pareceres jurídicos e/ou técnicos e divulgá-los pelos diferentes serviços sempre que tal seja superiormente decidido;
- Assegurar a instrução de processos disciplinares e ou de averiguações aos serviços e funcionários do Município, sempre que tal lhe for superiormente solicitado;
- Assegurar a tramitação dos processos de desafetação de bens do domínio público e a dos processos de expropriação, informando a secção de património e aprovisionamento dos resultados dos mesmos;
- Assegurar a representação judicial do Município, dos seus órgãos e titulares e dos próprios trabalhadores, por atos legalmente praticados no exercício das respetivas competências ou funções;
- Assegurar os processos de cobrança coerciva por dividas de natureza fiscal;
- Assegurar e acompanhar, em todos os seus trâmites, a instrução dos processos de contraordenação em que a aplicação de coimas e eventuais sanções acessórias, desenvolvendo todos os atos necessários desde a instrução dos mesmos à elaboração de minuta de despacho de decisão;

¹ Esta subunidade foi criada aquando da 1.ª alteração à Estrutura dos Serviços Municipais, aprovada pelo órgão executivo em 9 de abril de 2013 e pelo órgão deliberativo em 24 de abril de 2013